

AQUILOMBAR COM A UNIVERSIDADE: APONTAMENTOS SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ELEMENTO DE FORTALECIMENTO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Thiago Sebastiano de Melo* & Milena Manhães Rodrigues**

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o fortalecimento territorial e de lutas políticas de quilombos em projetos de turismo, a partir de experiências de pesquisa e extensão de duas universidades federais. O referencial teórico que ampara e amplia essa discussão contempla o entendimento de quilombo e ser quilombola, de turismo de base comunitária (TBC), bem como de território. Nesse sentido, a contribuição deste artigo se ancora na lacuna de experiências sistematizadas que versem sobre TBC e quilombos consubstanciadas nas categorias do método Materialista Histórico Dialético (MHD), notadamente a totalidade. Nesta perspectiva, a relação universidade-comunidade se revela como uma aliança entre conhecimento acadêmico e tradicional quilombola na construção de experiências de TBC como afirmação da cosmovisão destes territórios, aquilombando-se e construindo um TBC aquilombado.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Quilombola; Território.

ACQUILOMBING WITH THE UNIVERSITY: NOTES ON COMMUNITY-BASED TOURISM AS AN ELEMENT FOR STRENGTHENING QUILOMBO TERRITORIES

Abstract: This article aims to discuss quilombos' territorial strengthening and political struggles in tourism projects based on research and extension experiences of two federal universities. The theoretical framework that supports and expands this discussion includes understanding quilombo and being a quilombola, community-based tourism (CBT), and territory. In this sense, the contribution of this article is anchored in the gap of systematized experiences that deal with CBT and quilombos embodied in the categories of the Historical Dialectical Materialist method (MHD), notably the totality. In this perspective, the university-community relationship reveals itself as an alliance between academic and traditional quilombola knowledge in the construction of TBC experiences as an affirmation of the cosmovision of these territories, becoming Quilombola and building a Quilombola CBT

Key words: Community-Based Tourism; Quilombola; Território.

AQUILOMBANDO CON LA UNIVERSIDAD: NOTAS SOBRE EL TURISMO COMUNITARIO COMO ELEMENTO DE FORTALECIMIENTO DE LOS TERRITORIOS QUILOMBOES

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir el fortalecimiento territorial y las luchas políticas de los quilombos en proyectos turísticos, a partir de experiencias de investigación y extensión de dos universidades federales. El marco teórico que sustenta y amplía esta discusión incluye la comprensión del quilombo y ser quilombola, el turismo de base comunitaria (TBC), así como el territorio. En ese sentido, el aporte de este artículo se ancla en el vacío de experiencias sistematizadas que abordan la TBC y los quilombos plasmados en las categorías del método Materialista Dialéctico Histórico (MHD), en particular la totalidad. En esta perspectiva, la relación universidad-comunidad se revela como una alianza entre saberes académicos y tradicionales quilombolas en la construcción de experiencias de TBC como afirmación de la cosmovisión de estos territorios, devenir quilombolas y construyendo un TBC aquilombado.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria; Quilombola; Território.

HOW TO CITE: Sebastiano de Melo, T., & Manhães Rodrigues, M. (2024). Aquilombar com a universidade: apontamentos sobre turismo de base comunitária como elemento de fortalecimento de territórios quilombolas. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Special Issue). Retrieved from <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/43020>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14511226>

1 INTRODUÇÃO

Aquilombar na e com a universidade está para além do ingresso de sujeitos quilombolas nas universidades. Passa por isso, inegavelmente, mas, está longe de se resumir a tal. Como outros segmentos sociais que, historicamente, estiveram aliçados do diálogo e das construções dialógicas com as universidades, é necessário que construamos uma relação hospitaleira e, portanto, acolhedora. Dialógica em essência, esta relação só pode ser elemento de fortalecimento de tais territórios e territorialidades se souber combinar o acúmulo histórico universitário com o conhecimento dos sujeitos destes

territórios.

Este debate se insere em um cenário de reestruturação produtiva do capitalismo, no qual ter algum emprego/renda se apresenta como privilégio (Antunes, 2018), por mais precarizado que seja, impõe-se o desafio de encontrar condições que assegurem uma práxis emancipadora. Sendo o turismo componente central desta reestruturação (Melo, 2018), ganha, também, destaque nos processos de degradação ambiental e de precarização do trabalho. Não obstante, carrega as possibilidades de situar o sujeito, por meio das demandas coletivas, em um lugar de construção dessa práxis.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Doutor em Geografia / UFG (2018); Mestre em geografia / UNESP (2012); Bacharel em Turismo/UNESP (2009). Docente no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Vice-líder do Labor Movens - Condições de Trabalho no Turismo (CNPq). CV.: <http://lattes.cnpq.br/2887809032343087>; E-mail: sebastianodemelo@gmail.com

** Doutora em Turismo - PPGTUR/USP (2024), Mestra em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ (2019), Bacharela em Turismo/UniverCidade (2006). Membro do Grupo de Pesquisa TBC-Rede. CV: <http://lattes.cnpq.br/4587110258923494>; E-mail: milenamanhaes@usp.br

Dentro do conjunto de experiências turísticas construídas na perspectiva de fortalecimento territorial, o Turismo de base comunitária (TBC) tem se destacado como plataforma de princípios e valores (e não como receita acabada expansível do mesmo modo às diversas realidades) que condizem com a constituição do que podemos compreender como um turismo social, ou seja, do turismo como direito e garantido por políticas públicas, comprometido com a transformação social e a emancipação humana.

O TBC é um modelo de gestão que tem por base a economia solidária, o protagonismo comunitário e o modo de vida como elemento central de estruturação das experiências turísticas, manifestadas pelas narrativas, vivências, memórias e razão de existir daquela comunidade (ICMBio, 2018, Moraes, Irving, Mendonça, 2018). Envolve atividades com e a partir da coletividade e pertencimento ao território. De modo que comunidades tradicionais, como as quilombolas, têm grande potencial de se beneficiar com estas práticas, a partir do pressuposto de fortalecimento territorial. O que pode ocorrer pela valorização de sua cultura, ambiente e geração de ocupação e renda e tem como premissa o protagonismo das comunidades no planejamento, gestão e operação das atividades turísticas, transgredindo a participação como mão-de-obra ou recurso limitado pelo turismo convencional. Até porque, como argumentam Mendonça e Moraes (2012), o TBC é uma estratégia de resistência, inclusive territorial, que se realiza como um movimento político-social. Ademais, a premissa do envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão, gestão dos recursos oriundos do turismo e a distribuição equitativa são premissas que possibilitam investimento em outros projetos comunitários e ações estruturais e estruturantes que beneficiem as condições de vida, o território, o orgulho das tradições e a autoestima.

Afora a crescente exposição e normatização do TBC, com projetos de leis municipais e estaduais, não há uma hegemonia desta forma de construção de experiências turísticas, inclusive em territórios de populações tradicionais. E as universidades estão longe de garantir uma posição de destaque nas contribuições para tal, representada não apenas na limitação de projetos de extensão neste campo e sua consequente pertinência (Moraes e Emmendoerfer, 2015), como também de publicações sobre a temática - o que ressalta a relevância de um dossiê de Turismo de Base Comunitária neste periódico, até então com apenas um artigo publicado sobre TBC e que relata uma experiência de extensão universitária.

O desenvolvimento do turismo pode e deve ser questionado, sobretudo quanto aos paradigmas que reforçam estereótipos e narrativas de subalternidade reduzindo identidades, grupos e suas memórias a atrativos e roteiros cooptados pelo mercado, inclusive na produção de imaginários sobre territórios e comunidades tradicionais. Fonseca e Rocha (2021), ao tratar do caso da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (BA), destacam a contradição da ocupação, construção, cercados e toda especulação imobiliária na costa marinha em comunidades que não dispõem de saneamento básico, apontando a pertinência de questionar o modelo de turismo em desenvolvimento e

seus impactos, e estimular o TBC como estratégia de resistência e conquista de direitos, frente a gentrificação do turismo convencional (Cañada, 2023).

Além de questões estruturais de desafio a resistência no território, como explicam Freire e Ferreira (2015), as comunidades também têm suas contradições e dificuldades que desafiam e podem preceder ao TBC, até porque também estão inseridos na sociedade e na lógica do sistema capitalista que vivemos. E para as autoras, mesmo com base endógena, o TBC não está isento destes tensionamentos e nem significa que "a base do desenvolvimento local irá trazer a milagrosa 'equidade' tão tratada nas premissas levantadas por estudiosos que abordam o TBC e pouco compatíveis com o sistema em que vivemos" (Freire e Ferreira, 2015, p.4). E esta reflexão e ações consecutivas podem e devem ser pautadas na experiência turística, na pesquisa e na extensão da academia junto com comunidades. Inclusive porque como apontam intelectuais quilombolas, esta relação tem sido bastante controversa (Santos, 2019).

Partimos da premissa, instaurada pelo sociólogo Florestan Fernandes, de que não há necessidade e nem possibilidade de apartar o fazer acadêmico das questões políticas e ideológicas. Dizia Fernandes (2015, p. 32): "todos nós somos compelidos a misturar ciência com ideologia e com política, pois não tememos tomar explícito o que é uma realidade".

Nessa mirada, nosso objetivo principal é apresentar e refletir sobre experiências que compreendemos que somam para a perspectiva, trazendo realidades no âmbito de projetos de pesquisa e extensão relacionados ao turismo de base comunitária em territórios quilombolas. Especificamente, queremos corroborar com o entendimento de que já na escolha das mediações teórico-conceituais se institui intencionalidade e direcionamento, que na realidade concreta, em suas múltiplas determinações, dimensões e escalas, terminam por garantir ou atravancar o efetivo aprofundamento nas dinâmicas de organização e fortalecimento territorial. Além de discutir os desafios que tem vilipendiado e limitado a atuação das universidades públicas no atendimento às diversas demandas sociais, incluindo os projetos nos e com os territórios quilombolas em experiências e perspectivas do TBC.

Fizemos, para tanto, uma fotografia da relação universidade-comunidade a partir de projetos de pesquisa e extensão de duas universidades federais, a saber, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por meio de dissertação elaborada no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ) e a Universidade de Brasília, por meio de projetos de extensão vinculados ao Centro de Excelência em Turismo – CET.

A dissertação em tela foi desenvolvida junto a quilombolas da Rasa, comunidade situada no município de Armação dos Búzios, na região turística da Costa do Sol, Rio de Janeiro. Já os projetos de extensão apreciados se constroem em diálogo com o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK, que se situa no nordeste do estado de Goiás.

A contribuição deste artigo se ancora na lacuna de experiências sistematizadas que versem sobre TBC e

quilombos consubstanciadas nas categorias do método Materialista Histórico Dialético - MHD, notadamente a totalidade (CARVALHO, 2007; NETTO, 2011); MARX, 2020). Aponta, portanto, para um acréscimo nos esforços ainda tímidos de elaboração teórica sobre TBC à luz do MHD, inclusive considerando a necessidade de avanços por parte de tais pesquisas, como apontam Pigato e Pereira (2020). Bem como traz experiências práticas que podem servir de referência para estruturação de ações que atendam as demandas articuladas das comunidades quilombolas que, via de regra não se encerram nas turísticas, muito embora, como índice analítico, se expressem nelas e em suas determinações.

Por isso mesmo, estruturamos o trabalho partindo do amálgama de alguns conceitos centrais para nosso entendimento de TBC e de fortalecimento territorial. Compreendendo o território como expressão concreta da existência, como apropriação do espaço, as dinâmicas de subjetivação do sujeito e, portanto, suas identidades, dizem da aproximação ou distanciamento com a práxis universitária e com o Estado.

Essa articulação, que passa por compreender os principais aspectos do reconhecimento de um quilombo, dos marcos teóricos do TBC, bem como o conceito de território defendido, ganha operacionalidade com a categoria de totalidade. Essa, por sua vez obriga, por rigor metodológico, ao entendimento do turismo como fenômeno social nos termos postos acima, o que difere substancialmente das linhas hegemônicas no campo, inclusive de trabalhos erigidos sob o MHD. Este entendimento ensaja que nos detenhamos, ainda que dentro dos limites propostos, na defesa do turismo como campo interdisciplinar.

Ao optar pelo método MHD, a aproximação com as comunidades se deu como forma de conhecer as aparências do turismo, em sua realização ou expectativas comunitárias, e buscar alcançar a essência dessa presença/demanda.

O investimento nessa seara metodológica propiciou uma construção dialógica com as comunidades, enveredando pelas constantes reformulações de planos de trabalho, à medida que o tempo, condições e objetivos das comunidades (que determinaram nossos objetivos finais) variaram ao longo dos projetos.

A exposição dessa trajetória científica vinculada direta e dialogicamente com os territórios se consolidou primeiramente nesta introdução, seguida de considerações sobre as mediações, conceitos e categorias utilizadas; dos apontamentos metodológicos instituídos nos projetos tomados como referências e dos resultados advindos deles, com posterior considerais finais acerca deste artigo.

Finalmente, não caberia construir um estudo sobre TBC e quilombos sem contextualizar a conceituação destes territórios/comunidades. Ressalta-se ainda a questão da identidade racial. Por isso, cabe salientar que ambos os projetos, que sustentam teórica e empiricamente este artigo, foram conduzidos por pessoas negras, que mesmo não quilombolas, têm a experiência afrocentrada no ser, saber e fazer turismodentro e fora da universidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Quilombos e o TBC como afirmação da cosmovisão quilombola

O turismo no território quilombola requer narrativas antirracistas, em uma abordagem anticapitalista que seja consubstancial, que parta das condições de produção e reprodução social do território, com enfoque no legado cultural e histórico de herança africana e afro-brasileira e do conjunto da classe trabalhadora, nos termos defendidos por Fernandes (2017). Assim, o TBC protagonizado e gerido por quilombola segue na perspectiva do desenvolvimento de sua cosmovisão. E mais do que isso, como condição de reafirmação que o próprio aquilombamento cumpriu historicamente (Moura, 2020).

Existe um imaginário sobre os quilombos que remetem a imagens de paisagens rurais afastadas, com casas em pau a pique, onde o jongo se perpetua e os elementos urbanos são limitados. Esta imagem que povoa o imaginário coletivo é parte da realidade. Há muitos territórios quilombolas que estão em áreas urbanas. E em ambas as espacialidades, urbana e rural, as casas se transformam com as dinâmicas de interação dos sujeitos que lá residem com o conjunto da sociedade, sem que isso denote afastamento de suas raízes, como sujeitos sociais socialmente determinados que são.

Parte deste ideário, principalmente associado a espaço de fuga e resistência, pode estar relacionado a primeira definição de quilombo, datada de 1740. O Conselho Ultramarino define quilombo como “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Schmitt, Turatti, Carvalho, 2002, p.2). Essa definição que reduzia estes territórios à grupos de pessoas escravizadas em fuga, está cristalizada no imaginário das pessoas ainda hoje, muito embora haja mudanças, das quais as experiências turísticas participam ativamente.

Um marco na questão quilombola foi a Constituição Federal de 1988, que nos artigos 215 e art. 216 diz que o Estado se compromete a proteger as manifestações culturais populares e tomar todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, reconhecendo como espaços de cultura e ainda, o reconhecimento de propriedade de terra ocupadas pelos remanescentes de comunidade dos quilombos.

Com a criação do Decreto N° 4887/2003, são estabelecidos os critérios e procedimentos para reconhecimento previsto no art. 68 da CF. Nele essas comunidades são reconhecidas pelo Estado brasileiro como remanescentes de quilombos, e têm direito à terra e à preservação de sua cultura e identidade. Este Decreto formaliza no art 2º o conceito “remanescentes das comunidades dos quilombos” como “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003).

Na perspectiva do Nêgo Bispo (Mestre Antônio

Bispo dos Santos) - lavrador, poeta, escritor, intelectual e militante do movimento quilombola e morador do Quilombo de Saco-Curtume (São João do Piauí - PI) - quilombo é uma organização contra-colonialista. É um lugar de uma civilidade humana diferente, que vive em confluência com seu ambiente, o que faz cada quilombo ser diferente (Santos, 2015). Em consonância, optamos pela definição de Rosiene Francisco Dos Santos, quilombola, kalunga, turismóloga e mestra em turismo, para quem, quilombo é:

[...] uma organização que resistiu ao processo de escravização que existe até hoje. Seja na zona rural ou na zona urbana, seja com um território demarcado ou não. Todo corpo negro que veio da África já é um quilombo. Dessa forma, apesar do passado de dores nesse processo escravocrata, é preciso teorizar sobre a afirmação de que o quilombo foi e será a maior forma de luta e resistência das africanas e africanos escravizados (e de seus descendentes) no passado e no presente, para construir um amanhã com igualdade e bem viver (Santos, 2019, p.49).

Por conseguinte, ser quilombola é resultado e práxis do movimento de quilombagem, compreendendo que “a resistência como ato político também está presente no corpo e nos signos que caracterizam o sujeito quilombola”, como argumenta a doutora em antropologia e professora afro-brasileira Bárbara Oliveira Souza (Souza, 2016, p.95).

A autodefinição é parte do processo de reconhecimento legal do “ser quilombola”, que para o Estado está condicionado a coletividade jurídica e ao vínculo com território, que configura esta identidade. Mesmo com o reconhecimento de propriedade destas áreas, até a titulação é um processo longo e burocrático (INCRA; CPI – SP).

Diante disso, embora muitas comunidades quilombolas sejam reconhecidas, poucas são tituladas. E a fragilidade da posse das terras torna uma dimensão central, inclusive sobre o turismo, pelo turismo, ou apesar dele. O turismo convencional pode ser alheio a estas questões e vulnerabilizar ainda mais o conflito de terras e o sentimento de pertencimento. Em contrapartida, o TBC pode ser uma estratégia de resistência, colaborando com as pautas do território, pela práxis do aquilombamento (Viana, 2022). Para tal,

É preciso um aprofundamento sobre o turismo aquilombado, em que o ato de viajar não seja só um passeio, que seja um ato político, uma forma de mudar uma concepção de algo que os livros não contam. Essa forma de pensar e fazer turismo não é só para reagir, mas também para criar condições práticas e necessárias às mudanças. É preciso entender que o Eu Kalunga e o Nós Kalunga no turismo dependem um do outro, é um processo de aquilombamento (Santos, 2019, p.52).

Enquanto quilombola kalunga, turismóloga e pesquisadora, Rosiene questionou as práticas do TBC de seu território na Universidade, por meio de sua dissertação, convocando o TBC ao turismo aquilombado, como reprodução da cosmovisão quilombola (Santos, 2019).

Mas de que forma outros pesquisadores podem aquilombar o turismo na universidade? Nos parece que se atentando aos marcos da ruptura que o próprio

quilombamento constituiu historicamente. Para Moura (2020, p. 25): “se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura”. Assim, considera Moura (2020, p. 49):

Não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.

Analogamente, o Turismo de Base Comunitária é uma estratégia de aquilombamento, de resistência, que tensiona o turismo convencional. Diferentemente do turismo de massa, o TBC pressupõe a participação comunitária e ações coletivas, a partir de um modelo de gestão colaborativa que congrega os saberes locais no pensar e fazer turísticos (Moraes, Irving & Mendonça, 2018). Irving (2009) salienta, inclusive, que o turismo de base comunitária, em teoria, propicia a coesão e o laço social, a coletividade (agir em prol do coletivo), e que por este viés, “promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (Irving, 2009, p.111). Até porque o TBC envolve cooperação, gestão comunitária e equidade tanto no exercício da prestação de serviços turísticos, quanto nos respectivos benefícios gerados (Maldonado, 2009). É notável, portanto, a proximidade com a historicidade do aquilombamento. Moura (2020, p.54) ressalta que “nos quilombos, o tipo de economia comunitária ali instalado proporcionava o acesso ao bem-estar de toda a comunidade”.

Neste sentido, como uma alternativa ao turismo de massa que favorece a especulação imobiliária e gera desequilíbrio sociocultural e ambiental (Moraes et al, 2016) e considerando a autonomia que este modelo de turismo demanda, o TBC só se desenvolve e tem sustentabilidade quando está alinhado com o modo de vida, as necessidades, as preferências e as expectativas da comunidade envolvida. E as questões que emergem e formam este coletivo, inclusive os conflitos, também devem ser centrais no saber e fazer turísticos, afinal:

Ao se pensar em fazer turismo em quilombo, em terra indígena, quilombola, sempre tem de se levar em consideração a realidade do local. Não de forma utópica, mas de modo que sua participação não seja sempre uma luta para existir e resistir como um atrativo que pode estar na mira de uma hidrelétrica, de um agronegócio ou em pouco tempo virar um hotel super elitizado (Santos, 2019, p.88).

Notemos que as elaborações acadêmicas quilombolas estão preocupadas em apontar como hegemonicamente os agentes que se aproximam dos quilombos o fazem numa perspectiva empreendedorística, de redução do território ao valor de troca. É o que se apreende quando Santos (2019, p. 85) diz que “o turismo pensado na comunidade com apoio das pessoas de fora não é pensado pela raiz e sim pela folha como forma de ganhar dinheiro com o discurso de desenvolvimento da região um turismo insustentável”.

Esta posição preponderantemente assumida pela

universidade na interação com sujeitos historicamente subalternizados é produto direto da hegemonia de concepções de mundo que constituem a práxis universitária. O tensionamento com outras concepções de mundo, com outras cosmovisões, aumenta na exata medida em que a mobilização social galga ganhos em termos de políticas de inclusão. A maior presença destes sujeitos nos espaços universitários cobra um reposicionamento que consagre o protagonismo deles.

Com a metáfora partilhada, mostra-se um caminho para outro turismo, em que tudo está vinculado um com outro, ou seja, como uma atividade que não seja segmentada, que seja possível de mostrar o todo, livre de qualquer forma de opressão. Como já mencionado neste trabalho, o movimento da quilombagem e o movimento de aquilombar-se busca fortalecer outro turismo, falado e pensado pelos Kalungueiros com uma forma de organização, com a visão do de dentro (Santos, 2019, p. 83-85).

Tal reposicionamento não é apenas fruto da luta pela recomposição orçamentária das universidades públicas, pela ampliação de políticas de permanência, de diferentes modalidades de bolsas. Se exige tudo isso, tem ainda como questão central a disputa de sentido/projeto da universidade pública e, portanto, quais mediações suportarão tais transformações. Vejamos o reflexo destes conflitos, por exemplo, no tocante ao entendimento de turismo e território.

2.2 Contribuições da totalidade para o estudo do turismo: território e movimento social como categorias de análise científica e expressões do TBC

O turismo um fenômeno social, à medida que ganha em importância e impacta diferentes dimensões da vida cotidiana. Esse caráter multidimensional do turismo é que faz dele uma matéria essencialmente interdisciplinar. Tal qual a geografia, nasce e está imerso no atual momento da ciência, no cenário muito bem exposto por Casanova (2006). E a geografia aqui ganhe primazia dentro da interdisciplinaridade dado o fato de assumirmos a centralidade do território como conceito descortinador das relações em determinada localidade.

O turismo, entendido a partir da genérica formulação conceitual da Organização Mundial de Turismo – OMT, traz uma perspectiva altamente pragmático-liberal vinculada ao mercado. E isso é tão incrivelmente forte e sedutor, que leva inúmeros/as intelectuais a criticarem as elaborações turísticas de caráter emancipador. Essa crítica, notadamente ao pensamento marxista, que não é de forma alguma uma prisão dogmática ao legado de Marx, e sim uma construção coletiva e de inegável contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea a partir da obra daquele importante intelectual, demonstra que há um claro problema epistemológico a ser enfrentado. Conforme Gomes (2009, p. 14) “podemos, de forma muito geral, dizer assim que a epistemologia é um campo crítico de discussões sobre as formas de pensamento científico”. Esse apontamento de Gomes expõe a necessidade de questionarmos, inclusive, sua negação das grandes narrativas como tributárias para novas epistemologias/racionalidades (Lowy, 1987; Leff, 2001; Milner, 1996; Casanova, 2006; Song, 2013).

Partindo, portanto, do entendimento de que o marxismo, como grande/meta-narrativa, é uma construção social histórica e coletiva que, para além do método (materialismo histórico-dialético), consubstancia uma concepção de mundo (Lefebvre, 2009) que permite a construção de outras epistemologias/racionalidades, concordamos com Gomes (2009, p.25) de que “há uma trama locacional que é parte essencial de alguns fenômenos. A análise dessa trama locacional é a especificidade da ciência geográfica”. Gomes (2009, p.28) diz ainda que

Perceber que há uma ordem espacial na vida social, por exemplo, é perceber que nossas práticas são modificadas pela modulação da localização, que essa modulação modifica também nossa compreensão dos conteúdos, que essa modulação classifica, hierarquiza, regula, qualifica nossas atitudes, tanto as mais claramente expressivas quanto aquelas cotidianas.

Respaldados pelo postulado de que existe um ordenamento espacial e de que o desvelamento e análise dessa trama locacional são o que congregam geograficidade às pesquisas que se pretendem geográficas, acrescentamos que as pesquisas geográficas sobre turismo não podem “perder de vista a ideia de totalidade que recobre as ciências humanas” (Oliveira, 1998, p. 04). Isso porque, retomando o supracitado, o turismo é multidimensional. Se pensarmos, por exemplo, nas Atividades Características do Turismo – ACT, veremos que são computados como gastos em turismo numa determinada localidade todos os gastos com serviços de hospedagem, alimentação, transporte, cultura, divertimento e outros, dificilmente hoje há uma atividade que não se relacione com a rubrica do turismo. E isso não só no Brasil, como também no mundo, já que a metodologia estatística para mensurar a importância econômica dessa atividade é similar em grande parte dos países.

Como aponta Carvalho (2007, p. 182), as aproximações, como procedimento metodológico, com tais dimensões do fenômeno permitem constituir sua totalidade:

Para se conhecer a transversalidade conectiva do todo não se faz necessário - e nem é possível - percorrer, como uma listagem, todas as inumeráveis partes, elementos, momentos e relações do todo, pois se trata de conhecer a lógica que preside a sua conexão. Com efeito, a apreensão da conexão dialética essencial de uma totalidade pode ser descoberta mesmo antes de se ter alcançado o grau máximo de concretude da totalidade. E, com efeito, o que ocorre quando se procede à análise de uma dada totalidade por necessárias aproximações, de degrau em degrau, cobrindo, revelando e completando cada conceito, cada relação, cada conexão e cada categoria desde sua apreensão mais abstrata (e mais simples) à mais concreta (e mais complexa) no curso da qual a lógica essencial que preside a conexão do todo pode ser captada em algum estágio intermediário.

As pesquisas de turismo, não podem, portanto, se querer preservar a noção de totalidade, se restringirem a problematizar sobre expressões fenomênicas do turismo como se fossem e tivessem um sentido em si, desconectado do que venha a ser o próprio sentido da

atividade no jogo relacional e mesmo geopolítico (intra e inter-nações) contemporâneo. Por exemplo, diferente de estudar a representatividade dos logotipos de cada uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol ou de analisar a priori positivamente o aumento de desembarques em terras nacionais durante o referido torneio, nos parece mais coerente com a própria determinação do que seja a geografia, ousar buscar os nexos causais que conferem especificidades as diferentes tramas locacionais atingidas/relacionadas à organização e efetivação de megaeventos, como fazem Lauermann e Davidson (2013).

Obviamente, o caso dos megaeventos é só um entre os muitos exemplos possíveis. Trata-se, antes de tudo, de ter clareza de que não há expressão fenomênica que esteja desvinculada da totalidade. E a totalidade, ou universalidade, só é possível de ser alcançada do ponto de vista dos excluídos, ou seja, de uma posição proletária (Zizek, 2011a; Zizek, 2011b; Badiou, 2012). Daí o porquê do conflito como elemento analítico ser corrente entre os marxistas, inclusive os geógrafos (Harvey, 2011; Solla, 2002).

Assumindo que há uma essencialidade burguesa no fazer-turístico hegemônico (Alfredo, 2001; Ouriques, 2005, Melo, Souza, 2011), e que o turismo se faz presente em diferentes instâncias da vida cotidiana, o percurso analítico mais coerente é a interdisciplinaridade. Segundo Mills (1982, p. 135 apud Oliveira, 1998, p. 18) "as ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, de modo a abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados".

Casanova (2006, p.11) refletindo sobre a relação entre interdisciplinaridade e totalidade, traz um apontamento de grande valia para a argumentação ora posta, quando assevera que

No momento atual, a interdisciplina gera novos vínculos entre as ciências e as humanidades. Os vínculos anteriores – alguns muito antigos – também se renovam. Ambos representam contribuições de enorme importância para os trabalhadores simbólicos, intelectuais e manuais, para os cidadãos e para todos aqueles que, como professores, pesquisadores, estudantes e egressos do sistema escolar, defrontam o problema da cultura geral e da especialização. Todos – ainda que muitos não saibam disso – têm a necessidade de refazer as relações entre ciências e humanidades, duas áreas cujos encontros e desencontros favorecem ou impedem a capacidade intelectual e moral de compreender e mudar o mundo.

Essa mudança sobre a qual fala Casanova, que só é possível de ser feita coerente e conscientemente tendo em vista a totalidade, responde ao próprio desenvolvimento da ciência, como mostra Oliveira (1998, p.22) tratando da constituição e politização do método.

Quem iria operacionalizar o método? A resposta a esta questão põe em evidência a figura do sujeito do conhecimento. Trata-se de alguém com existência corpórea, versado nas habilidades há pouco enunciadas, desejoso de fazer valer sua formação científica para elaborar um saber que não só fosse capaz de dar explicações convincentes sobre determinadas questões

sociais, mas que, sobretudo, pudesse ser aplicado para interferir no rumo das coisas.

A ciência hoje ocupa papel fundamental na sociedade moderna. Marx e Engels (1998), Berman (1982), Bourdieu (2004), Milner (1996) foram alguns dos principais postuladores da importância do discurso científico para e na subjetividade contemporânea. Esse discurso científico é de tal forma impactante e significativo, que ganha efetivamente status de poder, como já dissera Oliveira (1998, p. 22-23):

Quando o desenvolvimento metodológico se torna recurso imprescindível para insinuar, estabelecer ou mesmo justificar intervenções modificadoras da sociedade, as relações entre ciências e sociedade se alteram: a produção do saber se consagra como forma de poder. Sem perder de vista que esta união entre conhecimento e política se faz, ainda, em meio ao embate travado com as origens teológicas do saber.

Sendo assim, importa agora lembrarmos que geografia e turismo nasceram no seio da compartimentação disciplinar. Para Casanova (2006, p. 19) "a excessiva compartimentação disciplinar produziu, como contrapartida, um movimento a favor do estudo da totalidade em ciências naturais e humanas", o que reforça nosso argumento. Segundo o autor, desde os anos 30 do século XX há um movimento pró interdisciplinaridade (com vistas à totalidade).

Diante disso, entendemos o turismo como um desses fenômenos multidimensionais. E pensamos que, sobretudo, numa análise que considere seriamente a relevância e o poder do discurso científico na sociedade contemporânea, não há como menosprezar a totalidade. E o poder aqui compreendido a partir da formulação de Stoppino (2004). Por exemplo, quando Gomes, ao analisar o histórico dos estudos em geografia, diz que

Só mesmo depois dos anos 80 começaríamos a ver despontar uma nova compreensão da geografia, muito mais aberta à pluralidade, ao diálogo e, muitas vezes ao conflito, pois nem sempre as posições são de fato conciliáveis. (Gomes, 2009, p.16).

O traço inconciliável mais notável em termos de método é justamente a torção de valor de uso por valor de troca que se instaura no rompimento com a categoria de totalidade. O que não tem absolutamente nada a ver com qualquer perspectiva doutrinária (na pior acepção do termo) ou mono-causalista. Tem, isso sim, relação direta e profunda com o entendimento de que a ciência precisa estar conectada com o desenvolvimento das potencialidades humanas, individuais e coletivas. E que à medida que as sociedades se tornam cada vez mais interligadas por meio da financeirização e globalização da economia (e no turismo ambos os efeitos ganham espacialidade e territorialidade hegemonicamente de forma perversa para os moradores locais, e que é exponencialmente pior em localidades com fragilidades socioeconômicas acentuadas), o marxismo cresce em importância como instrumental teórico-metodológico para entendimento e transformação das realidades sociais.

Nesse sentido, há uma carência de reflexões aprofundadas sobre a real negação das grandes narrativas, tal qual a procedida por Gomes (2009). Para

Zizek (2011b, p. 52), “a “pós-modernidade” como o “fim das narrativas grandiosas” é um dos nomes dessa situação difícil em que a multiplicidade de ficções locais viceja contra o pano de fundo do discurso científico como única universalidade remanescente privada de sentido”.

Esse embate já estava claro para Henri Lefebvre, um dos mais influentes pensadores para a geografia, sobretudo no tocante ao espaço, conforme demonstra Claval (2002, p. 24):

Henri Lefebvre rompe simultaneamente com a ortodoxia marxista e com os pressupostos compartilhados pelas perspectivas naturalista e funcionalista, concedendo uma função essencial às instâncias conceptuais: é pelo fato das camadas populares recusarem as condições que lhe são impostas, aspirarem a outras maneiras de viver e lutarem para consegui-las que a realidade acaba se transformando. É nessa ocasião que Lefebvre introduz a ideia de espaço produzido.

Essa transformação, que tem como principal motor o antagonismo de classe (Oliveira, 2007), é que confere operacionalidade ao território como categoria analítica. Fabrini, refletindo sobre as disputas territoriais, e, portanto, acerca do necessário entendimento da dimensão do poder de autodeterminação em um território específico, expõe que:

Mas o território é um espaço em disputa, pois os camponeses não exercem a dominação/controlar/poder total e completo sobre o espaço. Se os camponeses não possuem domínio total do território, o capital também não possui o monopólio completo, pois se se verificam relações de dominação e exploração, verificam-se também solidariedade, espírito comunitário, ajuda mútua, produção de subsistência. Nesse sentido, o território é um espaço em disputa em que uma classe se apresenta hegemônica, mas não tem o domínio total (Fabrini, 2011, p. 103).

Aqui, o que irá permitir a definição dessa disputa e o esclarecimento de seus desdobramentos é a totalidade, motivo pelo qual os movimentos sociais, dos quais cito, pela importância que têm no momento atual, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), têm aderido ao marxismo como teoria e método, inclusive a partir de seus principais representantes. Estes, no caso dos movimentos citados, são também acadêmicos.

A importância dos movimentos sociais já era reconhecida, por exemplo, por Lefebvre, conforme aponta Claval (2002), como desdobramento do seu entendimento de que os atores sociais “procuram a todo custo transformar seus sonhos em realidade” (Claval, 2002, p. 24). Também Harvey (2011) reconhece importância aos movimentos sociais nessa dinâmica, assim como o faz, nesse esteio, Fabrini (2011), valorando-os similarmente ao território.

Movimentos sociais e território são categorias que se identificam, pois ambas estão à contramão de decisões centralizadas de cúpulas estatais, partidárias ou empresariais. Tais categorias estão relacionadas a uma ordenação social construída de “baixo para cima”, em que a sociedade civil organizada assume poder

sobre o espaço. Portanto, possuem uma dimensão política construída a partir da base – base esta que se constitui no centro de comando na tomada das decisões. (Fabrini, 2011, p. 103).

Ainda que seja por caminhos e olhares distintos, o próprio Milton Santos, principal teórico brasileiro do espaço como objeto da geografia, reconhece a necessidade de compreender a constituição do território.

O que interessa discutir, então, é o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (Santos, Silveira, 2006, p. 20).

Assim, parece que é indubitável a importância do território para a geografia e, subsequentemente, para as teorias nessa área. E, se de fato for, o marxismo, sobretudo em suas sucessivas atualizações, ainda é um referencial teórico-metodológico relevante para a geografia, inclusive para pensar o território e a relação deste com os movimentos sociais como locus de compreensão e explicação das tramas locais que atribuem geograficidade às análises. Para tanto, a noção de território classista apresenta-se como um desdobramento de tal esforço.

O território classista consubstancia duas dimensões essenciais ao fazer ciência. Em primeiro lugar, expõe os antagonismos de classe como motor que move a história da humanidade, e, deste modo, como elemento sem o qual não é possível pensar a ciência na perspectiva da totalidade marxista. Em segundo, como desdobramento, coloca a validade e a atualidade da teoria e do método marxista como contribuintes às análises geográficas e, desde nosso entendimento, turísticas.

Como, na modernidade, o discurso científico ganha poder e influência crescentes, inclusive na formação da subjetividade, e, portanto, das concepções de mundo, parece-me um importante recurso didático-pedagógico uma nomenclatura que efetiva uma disputa no plano da semiótica cujos desdobramentos concretos são as práticas sociais e os discursos que as sustentam e as impulsionam. Desse modo, por exemplo, mesmo num momento em que um dos geógrafos mais importantes mundialmente reivindica o marxismo como método e teoria, a saber, David Harvey (2011), no Brasil, assiste-se ainda a tristes episódios de desqualificação do marxismo, tanto de sua contribuição para a teoria social crítica, quanto de seu método.

Uma concepção classista de território, por todas as suas implicações, suscita repensar o valor das grandes narrativas (metanarrativas) para o conjunto das ciências sociais e, por isso, também para a geografia. Julgamos que a hipótese comunista (Badiou, 2012) pode ser a justa medida para enfrentar os problemas colocados para o conjunto da sociedade, inclusive no tocante ao fazer ciência, como substância constitutiva de uma metanarrativa emancipatória que se (in)forme, inclusive, pelo turismo. E, para tanto, é preciso compreender em que medida este serve de instrumento da práxis capitalista e/ou emancipatória. Olhar para o território é olhar para a existência!

O quadro a seguir (tabela 1) sintetiza Como indicado no quadro a seguir, os resultados gerais indicam a relevância do Turismo de Base Comunitária (TBC) como instrumento de fortalecimento das lutas quilombolas, indo além de sua dimensão econômica para se tomar uma prática político-social. As

universidades desempenham papel estratégico ao promoverem reflexões críticas, articulações intersetoriais e apoio à autodeterminação territorial, consolidando o conceito de "turismo aquilombado" como alternativa ao modelo hegemônico.

Tabela 1. Sistematização dos resultados das experiências de TBC em quilombos, à luz do MHD, e suas implicações para a totalidade.

Categoria	Resultados Chave	Implicações para a Totalidade
Infraestruturas e Logísticas	Acesso limitado aos territórios quilombolas devido à distância das universidades. Escassez de recursos financeiros para deslocamento e apoio logístico.	Evidencia os antagonismos de classe refletidos na falta de infraestrutura básica e suporte institucional.
Participação e Engajamento	Lacunas na integração de membros das comunidades devido à carga de trabalho e falta de incentivos financeiros adequados.	Reafirma a necessidade de processos dialógicos efetivos e da valorização dos sujeitos locais como protagonistas.
Mediações Críticas	Uso da fotografia participativa como ferramenta para reflexão crítica e questionamento das imagens hegemônicas do turismo.	Potencializa práticas contra-hegemônicas que fortalecem a autonomia e a subjetividade das comunidades.
Projetos Comunitários	Desenvolvimento de iniciativas como hortas agroecológicas e educação em turismo no território. Criação de coletivos educacionais e culturais.	Promove o fortalecimento da organização comunitária e a autodeterminação territorial como resposta aos conflitos.
Conflitos Territoriais	Centralidade da luta pela titularidade e reconhecimento de terras. Sensibilidade em relação à especulação imobiliária.	Destaca a intersecção entre questão agrária e turismo, reafirmando a resistência territorial como prioridade.
Integração Intersetorial	Articulação com sistemas de saúde e educação para promoção de turismo comunitário em consonância com as demandas locais.	Fortalece as relações entre setores e promove a totalidade da existência territorial, além do turismo.
Desafios Institucionais	Temporalidades divergentes entre demandas comunitárias e institucionais. Falta de verbas e suporte adequado.	Reforça a necessidade de adaptação das universidades para atender às dinâmicas dos territórios.
Impactos e Desdobramentos	Formação de agentes multiplicadores de TBC. Criação de um fundo comunitário a partir de taxas turísticas.	Consolida experiências de resistência e auto-organização como modelos de turismo sustentável e integrador.

Fonte: elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Alicerça-se na revisão bibliográfica tendo como ponto de partida o entendimento de que a própria adesão aos conceitos, categorias e métodos estabelece intenção e compromisso com determinadas concepções de mundo. Assentada nesta revisão que propõe caminhos de método e de metodologias, analisa-se projetos de pesquisa e extensão vinculados à UFRJ e à UnB, trazendo seus procedimentos de construção e efetivação para o debate dos resultados alcançados e desafios postos. Para tanto, discute-se a perspectiva da totalidade em pesquisa e extensão do turismo, partindo da dialética como lógica, do território como categoria e do TBC como movimento político-social de resistência, inclusive territorial.

O TBC, nos termos aqui propostos, é componente de fortalecimento territorial. As universidades que, historicamente, estiveram distantes destes sujeitos e suas territorialidades têm condições de somar esforços para tal. Assim, trazemos a descrição metodológica dos projetos considerados, que operacionalizam, na medida do possível, as mediações apresentadas na seção anterior.

A pesquisa relativa aos temas turismo e quilombos poderia envolver o estudo de potencial, impactos, caracterização etc. Mas a pesquisa que apresentamos aqui tratou da relação prévia com turismo e a perspectiva quanto ao seu desenvolvimento num território quilombola, que não é um destino ou atrativo turístico.

Além disso, a relação poderia ser sobre quilombolas ou com quilombolas, seja como pesquisadores vinculados à universidade ou ainda como participantes - e é deste último caso que apresentamos aqui. Trata-se do relato de experiência de uma pesquisa participante, idealizada por uma turismóloga negra e realizada junto a participantes quilombolas da Rasa, em Armação dos Búzios (Rio de Janeiro).

Fruto de uma dissertação que relacionava turismo e quilombolas, intitulada Rasa e as imagens do turismo: olhares quilombolas (Rodrigues, 2019), toda a construção foi pensada no diálogo entre indivíduos e comunidade, a partir do viés psicossocial. Por isso, as escolhas metodológicas da pesquisa aqui relatada remetem diretamente ao Programa que abraçou esta proposta, o EICOS/UFRJ.

Para estudar o turismo pelo viés psicossociológico, adotou-se a construção metodológica qualitativa com base na pesquisa participante. Na pesquisa participante, como entendemos, os sujeitos são protagonistas na mudança de sua realidade e na construção conjunta do conhecimento. Neste modelo, a pesquisa está a serviço dos participantes, na medida em que o conhecimento se produz horizontalmente (Freire, 1999).

Esta produção dialógica do conhecimento envolveu, portanto, a aproximação com os participantes, buscando conviver e aprender com as pessoas, os quilombolas da Rasa. Iniciamos o reconhecimento de campo em outubro de 2017, finalizando o trabalho de campo da pesquisa em novembro de 2018. Identificando

os grupos presentes no território, que orientaram a seleção dos perfis (ao menos um de cada grupo), foram selecionados e convidados os participantes voluntários.

Considerando a centralidade das imagens no turismo e as ausências do quilombo da Rasa nas narrativas imagéticas do turismo de Armação dos Búzios, adotamos como método a fotografia participativa enquanto “instrumento mediático lúdico-pedagógico” (Meirinho 2013, p.206), possibilitando a produção de dados compartilhada, incluindo os participantes nos registros fotográficos, seleção e interpretação das imagens. A fotografia participativa é uma ferramenta metodológica alinhada aos princípios do MHD, pois promove a reflexão crítica e a ação transformadora, elementos essenciais para a emancipação social. Ambas as abordagens enfatizam o papel da coletividade, seja na luta de classes (no materialismo histórico-dialético) ou na construção de narrativas comunitárias (na fotografia participativa).

A pesquisa foi feita utilizando câmeras fotográficas analógicas descartáveis, que foram entregues aos participantes em outubro de 2018. Cada participante teve 15 dias para produzir 12 fotos com o tema “Turismo na Rasa”, para registrar e refletir sobre suas realidades na produção das contra-visualidades do turismo. Após a produção das fotos, cada participante selecionou 4 delas para serem expostas, analisadas e explicadas em uma reunião do grupo. Além disso, houve uma roda de conversa para discutir o turismo e a relação da comunidade, com base nos resultados impressos para a busca “Turismo+Búzios” no Google Imagens (imagens hegemônicas), em confronto com as fotos produzidas pelos olhares quilombolas.

Os projetos de extensão em curso no CET/UnB têm como gênese os trabalhos de campo para a tese de doutoramento do autor. O primeiro deles foi justamente com uma equipe de trabalho da Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da UnB. Momento no qual as comunidades do SHPCK começaram a construir um comitê de ética próprio, que tem reorientado a maneira como recebem e lidam com as pesquisas e ações universitárias em seu território. Desde então, a atenção aos desígnios definidos pelas comunidades tem orientado o diálogo e os trabalhos. Vale dizer ainda que foi naquele momento que a rede de interação que ainda hoje sustenta os projetos principiou sua formação.

Findada a tese, e já como docente no CET, passamos a dar sequência na construção com as comunidades do SHPCK. Primeiro com o projeto intitulado Educação em Turismo no Território Kalunga, iniciado em 2021 (ainda durante a pandemia e de forma remota). Na continuidade, ainda no ano de 2021, motivados por uma lista de prioridades apresentada pelas comunidades do SHPCK em razão da organização do Pólo de Extensão Kalunga, veio o projeto Redes territoriais e turismo na Chapada dos Veadeiros: a cosmovisão dos quilombos, coordenado em parceria com o professor Luiz Carlos Spiller Pena.

Este projeto veio na esteira de uma oficina que havíamos organizado pelo CET sobre Conferências Municipais de Turismo, inspiradas nas Conferências de Saúde. Após inúmeras reuniões com as comunidades para (re)definir objetivos e planos de trabalho para os

projetos, iniciamos uma parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz para elaboração de um material que subsidie a formação de agentes multiplicadores de turismo comunitário quilombola (como nomeamos inicialmente), inspirados na metodologia do grupo de Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador – MULTIVISAT da ENSP/Fiocruz.

No ano de 2022, fizemos alguns trabalhos de campo no SHPCK, dos quais se ressaltam dois: um realizado no início de setembro, quando apresentamos para o conjunto das comunidades o que estava em construção (com a participação ativa na equipe de trabalho de pessoas das comunidades, ressalte-se).

Nesta oportunidade chamou atenção de parte da comunidade o projeto Desenvolvimento rural: plantando com nanotecnologia, colhendo com turismo. Uma das lideranças solicitou conhecer a experiência construída inicialmente em parceria com o MST/GO e depois expandida para territórios no DF e BA, incluindo outro quilombo. A solicitação se concretizou em novembro do mesmo ano, com a ida de um ônibus com membros das comunidades do SHPCK de Teresina de Goiás para conhecer a Unidade Produtiva Agroecológica Colméia (situada no assentamento de reforma agrária Canudos, no município de Palmeiras de Goiás) e o projeto em tela, e deu lugar a mais uma atualização do plano de trabalho deste e dos outros projetos.

O segundo trabalho de campo a ser destacado ocorreu em novembro, tendo abarcado nossa participação no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombola Kalunga. Nessa ocasião, logo após o V Encontro, realizamos uma oficina para apropriação e adaptação da metodologia do projeto MULTIVISAT, da qual participaram membros das comunidades do SHPCK, representantes da prefeitura, o presidente da Associação Quilombola Kalunga – AQK e a equipe dos projetos (também formada por membros das comunidades). Ressalte-se que durante o V Encontro organizamos uma mesa sobre turismo e saúde, que serviu de preparação para outro passo.

No final de 2022, como síntese das ações em curso submetemos um projeto ao edital para o Programa de Extensão para Implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde do SUS e a Participação da Comunidade. Aprovamos neste edital o projeto Vigilância e Promoção em Saúde, Ambientes Sustentáveis e Bem-viver: Forma-Ação de Facilitadores para o Turismo e a Saúde de Base Comunitária (PNVS-Kalunga).

Ao longo de 2023, temos realizado ações de formação em Turismo e Saúde e preparado um trabalho de campo para construir com as comunidades proposta para editais que permitam construir experiências locais autogeridas que catalizem os acúmulos gestados no seio destes projetos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Compreender o território como expressão dos antagonismos de classe passa por lidar igualmente com as infraestruturas e logísticas resultantes desses antagonismos. Há inúmeras dificuldades e desafios para construir pesquisa e extensão em efetiva interação

dialógica com as comunidades. No caso dos territórios quilombolas, que em grande medida estão distantes geograficamente das universidades, isso se acentua. Não obstante, não é cabível ceder a tais imperativos, frutos de um modelo de sociedade e sociabilidade que atinge os orçamentos e as estruturas das universidades, e reduzir esta aproximação a uma relação que toma por objetos tais territórios e sujeitos.

O compromisso com as mediações/conceitos apresentados, impõe diálogo franco, e nem sempre convergente imediatamente, com os sujeitos dos territórios. Parar para responder um questionário, participar de mais uma reunião, se deslocar para participar de uma atividade e coisas similares tira os sujeitos de sua rotina e muitas vezes gera custos de diferentes ordens.

Há aqui uma lacuna. As bolsas (escassas em quantidade e com valores reduzidos) quase sempre não podem ser direcionadas para pessoas que não estejam já integradas ao quadro da universidade. Justamente por isso, mesmo quando é possível direcionar bolsas para estas pessoas, elas se encontram sobrecarregadas, porque frequentemente assumem tarefas universitárias, de suas comunidades e pessoais/familiares. Acrescenta-se o baixo orçamento das universidades, sobretudo com custeio para deslocamento, alojamento e alimentação, e temos um quadro em que a temporalidade das demandas comunitárias ordinariamente conflitam com a temporalidade institucional da universidade.

Neste sentido, no caso da pesquisa apreciada, não partimos do pressuposto que o TBC seria desenvolvido, mas que caberia questionar o posicionamento dos quilombolas da Rasa, frente a atividade turística em seu território, de modo que trouxemos o viés psicossociológico para estudar a subjetividade na seleção do enquadramento e do extraquadro nas imagens.

Tendo em vista os conflitos, sobretudo fundiários, em territórios quilombolas, a pauta da titularidade e reconhecimento de terras assume centralidade nas ações, discussões e perspectivas dos quilombolas. Ainda, o histórico de expropriação e tensões promovidas pelos “de fora”, inclusive pela especulação imobiliária em função do turismo, torna a confiança no outro uma questão sensível e vulnerável. Por conseguinte, numa pesquisa em Terras de Quilombos, a participação dos quilombolas é necessária e a construção de uma relação de diálogo e confiança é imprescindível. Não cabe a chegada sem aviso prévio, sem acordo, sutileza e respeito ao tempo, às práticas e relações. Neste sentido, a entrada na Rasa, mesmo como um quilombo urbano e de fácil acesso, foi construída a partir de mediação com uma interlocutora, com relação prévia com a pesquisadora e com o território e quilombolas, coincidentemente guia e tecnóloga em turismo.

O perfil dos participantes, também, foi definido mediante a sugestão de um dos membros com que se pretendia pesquisar. Ele acompanhava, mas cedia propositalmente o protagonismo a sua filha, como uma bênção para sucessão da liderança. Com base nisso, ajustamos o perfil dos participantes para a segunda geração de líderes. Eles favoreceram a entrada no território e em outros grupos e comunidades, além de

convidarem para eventos relevantes a observação participante e entendimento da dinâmica do território.

A fotografia participativa nesta pesquisa participante possibilitou o discurso dos participantes-fotógrafos na produção e leitura das subjetividades das imagens turísticas, neste caso produzidas pelos quilombolas como um exercício contra hegemônico das imagens do turismo buziense. Centramos nosso questionamento na imagem do turismo na Rasa, priorizando este processo reflexivo que entendemos iniciar com o fim da pesquisa e dar continuidade por conta própria com a mudança no olhar do participante, a partir de sua própria reflexão crítica.

O tempo para realização da prática fotográfica, o número de fotos selecionadas e (in)definição de categorias também veio da demanda dos participantes. Estes ajustes corroboram com a relação estabelecida com participantes e não objetos ou sujeitos pesquisados. Os resultados, também, vão de encontro as lições e tempos do território, que não optou por desenvolver o turismo naquele momento, mas questionar sua relação, suas expectativas e desdobramentos mais significativos, como a criação de um projeto de valorização e autoestima para crianças quilombolas, a partir da fotografia de quilombolas em locais de memória da comunidade.

Este projeto foi idealizado por uma das participantes como um partilhar da experiência da pesquisa e da sua (re)descoberta da beleza e valor da Rasa. E como uma pesquisa alinhada com a prática reflexiva, desdobrou ainda na criação de um coletivo de educação – a Universidade Aberta de Búzios. Estes e outros resultados e desdobramentos, independentemente de sua continuidade ou encerramento, mostram que o papel e potencial da Universidade podem e devem fortalecer a comunidade e as pautas do território, para que se desenvolvido o turismo tenha base comunitária.

Este envolvimento é crucial para o como compreendemos TBC. No entanto, o acesso dificultado aos territórios, no caso dos projetos de extensão em tela, tem imposto constantes rearranjos nos planos de trabalho e nos cronogramas. Zelar por processos efetivamente participativos, resulta em equacionar estas diferentes temporalidades e reiteradas faltas de verbas para construção no próprio território. Ademais, os interesses em disputa, como sinaliza bem Gouvea (2021), mobilizam habilidades do campo da orquestração política, visto que não necessariamente há convergência de método entre os agentes que dialogam e constroem com as comunidades.

Não obstante, os passos, ainda que lentos, têm resultado em boas aproximações e ações. No âmbito do Desenvolvimento Rural há uma articulação para construção de hortas comunitárias agroecológicas que subsidiem experiências turísticas, tanto como locus de experiências pedagógicas de cunho ambiental, quanto de fornecimento do excedente para equipamentos turísticos que fornecem alimentação.

No escopo do PNVS-Kalunga, vislumbramos a construção de propostas com as comunidades para articulação e organização de núcleos de promoção da saúde e turismo, calcados em experiências de lazer e

atividades físicas e mirando uma aproximação intersetorial, nos termos do Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive com equipamentos de atenção primária e com escolas.

Com o Redes Territoriais, estamos construindo com as comunidades o envolvimento com agentes dispostos a elaborar um material que subsidie a formação de agentes multiplicadores de turismo comunitário quilombola (como temos denominado até o momento). A formação por membros da comunidade de novos agentes multiplicadores perpassa pela busca da autodeterminação territorial, inclusive no que concerne ao turismo, pretendida pelas comunidades do SHPCK e assegurada pela Constituição Federal de 1988.

O Educação em turismo no território Kalunga vislumbra levar para dentro das escolas do quilombo os debates sobre todas estas ações e os temas e mediações que as suportam para contribuir com a formação em turismo de educandas/os e educadoras/es, para que o turismo seja compreendido não apenas nos seus aspectos econômicos, senão também como fenômeno social capaz de fortalecer suas territorialidades classistas num constructo interdisciplinar.

A consolidação destas ações nos termos postos, todavia, não está dada a priori. Antes, é uma disputa cotidiana. Do sentido/projeto de sociedade e de educação. Mesmo diante de todas as agruras derivadas da metanarrativa capitalista, incluindo o turismo como expressão dessa hegemonia, que afeta a educação pública, e, portanto, a universidade, há uma fresta pela qual raia a luz da esperança, ou, mais propriamente, do esperar. Este raio de luminosidade, consolidação das demandas populares e coletivas, tensiona e propicia a universidade para que responda à pergunta de Darcy Ribeiro: universidade para quem? (Ribeiro, 1986). E complementamos: universidade para quem?

Uma cena sintetiza a força da construção classista de experiências turísticas comprometidas com o fortalecimento de existências e territórios, nesse caso quilombolas: o diálogo e troca de experiências entre quilombolas do SHPCK e camponeses do MST. Essa aproximação mais do que qualquer outra coisa é a expressão da força e necessidade de intercâmbio e junção de forças da classe trabalhadora, em suas diferentes e peculiares representações.

A constituição de um fundo comum derivado da taxa de ingresso na comunidade de Engenho 2, com destaque para a atividade exercida pela cachoeira Santa Barbara, sinaliza para o aprofundamento de uma lógica comunitária que ganha força nos últimos tempos e se reverte na garantia de direitos até então negados pelo Estado.

Os ganhos auferidos com a condução de visitantes é outra importante fonte de inversão. Há um só tempo ambas se atrelam a dois eixos cruciais que o dossiê busca analisar: de um lado, visualiza-se as formas como pelo menos dois agentes centrais no planejamento e execução das experiências turísticas nas comunidades kalunga se reúnem para propiciar cursos de formação de condução de visitantes, facultando o acesso a tal

ocupação e provento de renda, e sensibilização para o fortalecimento das dinâmicas de coletivização; de outro, como estas transformações sociais, ao passo que permitem acessar e ir ajustando termos de interação com o mercado/ fluxo turístico, se combinam com dinâmicas de resistência e lutas políticas, como por exemplo a juventude que conduz visitante e ao mesmo tempo compõe coletivos organizados de resistência e defesa do território.

Não é possível, portanto, pensar o TBC como componente territorial quilombola se afastando da questão agrária brasileira. Os processos de demarcação e titulação destes territórios são eles mesmo determinados por tal questão. Ajustar práticas e ações que não se envolvam e considerem a perspectiva de classe de tais territorialidades e se ajustam a um apriorismo que não é só um desvio em termos de método (para quem assim o pretende), mas, ainda mais, um prejuízo à construção da autodeterminação territorial.

A exemplo dos casos citados dos quilombolas da Rasa e kalungas, o ensino, a pesquisa e extensão podem e devem levantar e apoiar a configuração de processos coletivos no TBC, entendendo que, dentre os múltiplos atores envolvidos, a universidade tem atuação estratégica, inclusive na construção de outras lógicas que alinhem as práticas econômicas de TBC com as pautas de resistência de luta pela permanência no território, não apenas para titulação de terras de quilombo, mas na noção ampliada que contempla a educação, trabalho, saúde, segurança, acessibilidade, mobilidade, lazer, etc, enfim, a totalidade da(r)existência destes territórios e comunidades para além dos fins turísticos. Este posicionamento ético-político é fundamental para aquilombar o TBC na universidade, entendendo que antes de um modelo de gestão de turismo, se trata de movimento político-social de fortalecimento das lutas da comunidade no e pelo território (Mendonça e Moraes, 2012).

A universidade pode sim ser uma excelente aliada dos territórios quilombolas na construção de experiências de TBC, desde que saiba se reorganizar para dialogar com tais territórios e sujeitos para respeitar e assistir suas demandas e temporalidades em uma relação efetivamente dialógica. Parafraseando Santos, é hora da universidade se aquilombar e, aquilombando-se, construir um TBC aquilombado.

“O turismo aquilombado é uma forma de aprender e usar a ferramenta do colonizador para ajudar na defesa do território” (Santos, 2019, p.90).

E como dissemos acima, o próprio entendimento e leitura histórica do aquilombamento é mediação em disputa nesse constructo. Ao que se mostra evidente a pertinência da análise de Moura (2020), com seu rigor metodológico, na contribuição para entendermos o aquilombamento e o sentido histórico destas dinâmicas, fortemente influenciadas pelas experiências populares organizativas ao redor do mundo (Moura, 2020).

O quadro a seguir (tabela 2) sintetiza os resultados ferais da discussão empreendida à luz dos conceitos da teoria.

Tabela 2. Resultados gerais comparando os aspectos identificados com as contribuições do TBC Aquilombado segundo as categorias de análise.

Categoria de Análise	Aspectos Identificados	Contribuição para o TBC Aquilombado
Entendimento de Quilombo e Ser Quilombola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quilombo como território de resistência e reprodução da cultura quilombola. ▪ Ser quilombola como expressão de identidade coletiva e cosmovisão própria. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento da identidade e das práticas culturais quilombolas como elementos centrais do TBC. ▪ Valorização de narrativas próprias dos quilombos.
Turismo de Base Comunitária (TBC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfoque em experiências autônomas e participativas. ▪ Integração entre turistas e comunidade. ▪ Risco de descaracterização sem alinhamento com os valores comunitários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um modelo de TBC que privilegia a autonomia quilombola e a preservação das práticas culturais e territoriais. ▪ Resistência à exploração turística convencional.
Território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Território como espaço de existência material e simbólica. ▪ Conflitos territoriais e a luta pela manutenção do espaço quilombola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reafirmação do território como lugar de resistência e produção cultural. ▪ Integração do território como componente essencial da experiência turística.
Método Materialista Histórico Dialético (MHD)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Totalidade como categoria central para compreender as experiências. ▪ Necessidade de análise integrada entre as dimensões sociais, econômicas e culturais do TBC. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação do MHD para propor experiências de TBC que reflitam as relações complexas dos quilombos. ▪ Sistematização de práticas de TBC com base na totalidade e na emancipação comunitária.
Relação Universidade-Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aliança entre conhecimento acadêmico e saber quilombola. ▪ Atuação conjunta em processos de planejamento e execução do TBC. ▪ Reconhecimento das especificidades culturais locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquilombamento da relação universidade-comunidade para construção de um TBC enraizado nos valores quilombolas. ▪ Promoção de diálogos que respeitam a epistemologia quilombola.

Fonte: elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas, alinhadas e assentadas na revisão bibliográfica, almejam evidenciar a possibilidade de que as universidades acolham e lidem de modo condizente com as demandas quilombolas. Para tanto, como se buscou expor, as escolhas das mediações são determinantes da forma de construção. Buscar a totalidade, evitando o assento nas aparências do turismo e nas suas expressões fenomênicas, conclama a sua compreensão como fenômeno social multiescalar e multidimensional. E esta operacionalização carece do entendimento da composição classista de território.

Se atualmente uma parte da academia, ainda que expressão reduzida em termos relativos, mesmo diante de todos os ataques internos e externos adere ao MHD para contribuir com experiências de TBC, isso não deve ser pensado afastado da mesma adesão por parte dos principais movimentos sociais, urbanos e rurais, do país. O movimento quilombola tem protagonizado importantes lutas e com isso tensionado para o avanço da questão agrária e de suas demandas.

Projetos que se construam ações em pleno diálogo com as comunidades são essenciais para enfrentar os desafios postos pela concretude de um modo de produção e sua sociabilidade que reduz modos de vida à objetos e estudo e atrativos turísticos. Os debates na educação pública não são menos intensos e exigem igualmente, para tal construção, permanentes disputas no seio das instituições, o que exige compromisso e organização.

À medida que estes projetos assegurem espaço de formação e ação para os sujeitos, a universidade certamente avançará como importante agente parceira na construção e/ou consolidação de experiências de TBC que fortaleçam os territórios quilombolas em todo o país, atentando-se para suas idiossincrasias.

Elencar os desafios postos em cada realidade, conhecer novas metodologias e novas propostas de ação, sistematizar experiências que estão sendo benéficas, compreender os gargalos para o aumento da presença destes sujeitos na comunidade acadêmica universitária (não só como discente), criar um repositório das experiências de TBC em territórios quilombolas, bem como introduzir estes debates no processo de educação formal dos sujeitos quilombolas são agendas para novos projetos de pesquisas e extensão.

De sorte que este trabalho traz não só o registro de caminhos e mediações possíveis para uma abordagem anticapitalista, como nos parece evidente quando falamos de TBC, mas que nem sempre ocorre, como também a explicitação de como algumas destas mediações, como a leitura sobre aquilombamento do Moura, guarda profunda relação programática com a plataforma de construção territorial do TBC dentro das referências aqui apresentadas.

Se há uma disputa de projetos de sociedade que se efetiva na práxis universitária, um caminho inegociável para explicitar essa disputa e aumentarmos o aumento da adesão à perspectiva do TBC é alinharmos mediações com as quais o TBC seja um postulado operativo dessa outra racionalidade/concepção de mundo que coaduna com a defesa histórica dos sujeitos por sua existência e territórios, como temos exemplo nos quilombos.

Se a universidade for capaz de compor táticas de mobilização, formação e transformação sociais com tais sujeitos, sem reproduzir o ethos histórico derivado do legado escravocrata que impera em nossa sociabilidade, como indica Moura (2020), certamente teremos nesse cenário a abertura para que a universidade seja agente do aquilombamento do TBC.

REFERÊNCIAS

- Alfredo, A. (2001). Geografia do turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária. *Geosp – Espaço – Tempo*, 9, 37-62.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Badiou, A. (2012). *A hipótese comunista* (M. Echalar, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo. (Obra original publicada em data não informada)
- Berman, M. (1982). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (D. B. Catani, Trad.). São Paulo, SP: Ed. UNESP. (Obra original publicada em data não informada)
- Brasil. (2003). *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
- Cañada, E. (2023). Un turismo poscapitalista: siguiendo los pasos de Erik Olin Wright. In E. Cañada, C. Marie dit Chiroit & I. Murray (Eds.), *El malestar en la turistificación. Pensamiento crítico para una transformación del turismo* (pp. 327-346). Barcelona, España: Icaria Editorial.
- Carvalho, E. (2007). A totalidade como categoria central na dialética marxista. *Outubro*, 15(1º semestre), 177-193.
- Casanova, P. G. (2006). *As novas ciências e as humanidades: da academia à política* (M. Benedito, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Claval, P. (2002). A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia (N. Dessartre-Mendonça, Trad.). In F. Mendonça & S. Kozel (Orgs.), *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba, PR: Editora UFPR.
- CPI – SP - Comissão Pró-Índio de São Paulo. (n.d.). Monitoramento: Processos de titulação. Recuperado de <http://www.cpis.org.br/>
- Fabrini, J. E. (2011). Território, classe e movimentos sociais no campo. *ANPEGE*, 7(7), 97-112.
- Fernandes, F. (2015). *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Fernandes, F. (2017). *Significado do protesto negro*. São Paulo, SP: Expressão Popular (co-edição PerseuAbramo).
- Fonseca, V. M., & Rocha, I. S. G. (2021). Reserva Extrativista Marinha de Corumbau Sob a Ótica do Turismo em Áreas Protegidas: a Perspectiva Discursiva da Série "Mar Sem Fim - Unidades de Conservação". *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 7(1), 1-17. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/riaturismologia/article/view/35357/23777>
- Freire, L. S., & Ferreira, H. C. H. (2015). O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá – Pará. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*, 5(3), 36-44. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3103>
- Freire, P. (1999). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (pp. 34-41). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Gomes, P. C. C. (2009). Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In F. A. Mendonça, C. L. Lowen-shr & M. Silva (Orgs.), *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar geográfico*. Curitiba, PR: Ademadan.
- Gouveia, L. R. (2021). *História e dinâmica do modo de produção hegemônico do capital no território Kalunga e perspectivas de resistência*. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* (J. A. Peschanski, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2018). *Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: ICMBio.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (n.d.). Passo a passo da titulação de territórios quilombolas. Recuperado de http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In R. Bartholo, I. Bursztyn & D. Sansolo (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Lauermann, J., & Davidson, M. (2013). Negotiating particularity in neoliberalism studies: tracing development strategies across neoliberal urban governance projects. *Antipode*, 45(5), 1277-1297.
- Lefebvre, H. (2009). *Marxismo* (W. Lagos, Trad.). Porto Alegre, RS: L&PM.
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder* (L. M. E. Orth, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lowy, M. (1987). *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (J. Guimarães & S. F. Léwy, Trans.). 5ª ed. São Paulo, SP: Busca Vida.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Bursztyn, I.; Sansolo, D. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, p. 25-44.
- Marx, K. (2020). O método da economia política. In G. Frigotto, M. Ciavatta & R. S. Caldart (Orgs.), *História, natureza, trabalho e educação*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *O manifesto comunista* (M. L. Cumo, Trad., 10ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1848)
- Meirinho, D. (2013). *A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: estudo de caso com jovens em contextos de exclusão social no Brasil e em Portugal* (Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Melo, T. S. (2018). *Solvitur ambulando uma viagem rumo à autodeterminação popular: análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da metanarrativa capitalista* (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.
- Melo, T. S., & Souza, J. G. (2011). Turismo e reforma agrária: primeiras aproximações teórico-críticas. *Agrária*, 14, 121-139.
- Mendonça, T. C. M., & Moraes, E. A. (2012). Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, 4, 1169-1183.
- Milner, J. C. (1996). *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (P. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Moraes, E. A. de, Irving, M. A., & Mendonça, T. C. M. (2018). Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Revista Turismo: Visão e Ação*, 20(2).
- Moraes, E. A., Irving, M. A., Santos, J. S. C., Santos, H. Q., & Pinto, M. C. (2016). Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9(6), 612-623.
- Moraes, W. V., & Emmendoerfer, M. L. (2015). Turismo comunitário e inclusão social: análise do roteiro turístico de base comunitária do projeto Boas Práticas na Serra do Brigadeiro – MG / Brasil. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET*, 5(3), 26-35. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3101/1098>
- Moura, C. (2020). *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao materialismo histórico-dialético*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Oliveira, A. U. (2007). *A geografia e os movimentos sociais*. São Paulo, SP: USP (Digitado).
- Oliveira, P. S. (1998). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In P. S. Oliveira (Org.), *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo, SP: Hucitec/Unesp.
- Ouriques, H. R. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Pigato, A. C. H., & Pereira, L. A. (2020). O turismo de base comunitária no quilombo da fazenda: uma análise à luz do materialismo histórico-dialético. *Fólio revista científica digital*, 1, 112-125.
- Ribeiro, D. (1986). *Universidade, para quê?* Brasília: Editora UnB.

- Rodrigues, M. M. (2019). *Rasa e as imagens do turismo: olhares quilombolas (Armação dos Búzios - RJ)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Santos, A. B. dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília, DF: INTCL.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2006). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (9ª ed.). Rio de Janeiro, RJ - São Paulo, SP: Editora Record.
- Santos, R. F. dos. (2019). *Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo* (Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Recuperado de <http://www.rbea.unb.br/jspui/handle/10482/37857>
- Schmitt, A., Turatti, M. C. M., & Carvalho, M. C. P. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, 5(10), 69-104. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>
- Solla, X. M. S. (2002). Espacios disidentes en los procesos de ordenación territorial. *Documents d'anàlisi geogràfica*, 40, 69-104.
- Song, H.-Y. (2013). Marxist critiques of the developmental state and the fetishism of national development. *Antipode*, 45(5), 1254-1276.
- Souza, B. O. (2016). *Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro*. Curitiba, PR: Appris.
- Stoppino, M. (2004). Poder. In N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de política* (C. C. Varriale et al., Trans., 5ª ed.). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília / São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Viana, A. (2022). Turismo comunitario, movimientos sociales y educación en el campo en Brasil, caminos desde una perspectiva crítica. *Alba Sud*. Recuperado de <https://www.albasud.org/noticia/es/1530/turismo-comunitario-movimientos-sociales-y-educacion-en-el-campo-en-brasil-caminos-desde-una-perspectiva-critica>
- Žižek, S. (2011a). *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (M. B. de Medina, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Žižek, S. (2011b). *Em defesa das causas perdidas* (M. B. de Medina, Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.

Agradecimentos

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao apoio, por meio de bolsa, indispensável à realização da pesquisa.

A Universidade de Brasília (UnB) ao apoio, por meio de bolsa e recursos para trabalho de campo, indispensável à realização da dos projetos de extensão.

Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes		
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação		
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo		
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise		
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x	x
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados		x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação	x	
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação	x	x

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 30.11.2023; Revisado / Revised / Revisado: 11.12.2023 – 01.04.2024 – 27.08.2024; Aprovado / Approved

/ Aprobado: 06.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 19.12.2024.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.